

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA: UMA ANÁLISE DOS ITENS DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE NOS ANOS DE 2016 E 2017*

Patrícia Santos da Silva**

Márcia Bianchi***

RESUMO

Desde 2016, o Conselho Federal de Contabilidade exige do auditor independente divulgação, em seu relatório, na seção Principais Assuntos de Auditoria (PAAs), dos itens que julga relevante. Assim, esse estudo identificou os PAAs reportados no relatório de auditoria independente das empresas do setor de energia elétrica listadas no Brasil, Bolsa, Balcão, nos anos de 2016 e 2017. A pesquisa caracteriza-se como quantitativa, descritiva e documental. A amostra consistiu em 56 empresas. Encontrou-se 170 PAAs em 2016 e 176 em 2017, resultando na média geral de 3,08 por organização. As empresas de auditoria, Deloitte Touche Tohmatsu e EY foram as que mais auditaram em 2016. Em 2017, foi KPMG Auditores Independentes e EY. Porém, a BDO RCS Auditores Independentes, enumerou mais PAAs, seguida de PwC e da EY. O PAA mais citado em 2016 foi Receita e Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais em 2017. Relacionando-se os PAAs com quatro variáveis contábeis (tamanho do ativo total; percentual do ativo imobilizado sobre o ativo total; representatividade do ativo intangível sobre o ativo total; e montante da receita líquida sobre o ativo total), categorizadas em quartis, constatou-se que a maioria dos PAAs ficou concentrado no 2º, 3º ou 4º quartil, inferindo-se que o tamanho das variáveis influenciou o julgamento do auditor. A pesquisa contribui na identificação e comparação, pelos usuários do setor ou das demonstrações contábeis, das informações julgadas proeminentes pelos auditores, no setor elétrico, em 2016 e 2017.

Palavras-chave: Auditor Independente. Principais Assuntos de Auditoria. Setor Elétrico

KEY AUDIT MATTERS: AN ANALYSIS OF THE ITEMS OF THE INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT FOR THE YEARS OF 2016 AND 2017

ABSTRACT

Since 2016, the Federal Accountancy Counsel requires divulgement of relevant items from the independent auditor, in its report in the section main audit themes (PAAs). This way, the objective of this research is to identify these main audit issues reported from energy sector companies pointed out, as Bolsa, Balcão in the years 2016 and 2017. This is a quantitative,

* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no primeiro semestre de 2018, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

** Graduanda do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). (pssilva2017@gmail.com).

*** Orientadora. Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS e do PPGCONT-UFRGS. (marcia.bianchi@ufrgs.br).

descriptive and documentary research, where data were analyzed through a specimen of 56 companies. The overall average organizational of 3,08 results from 170 PAAs in the year 2016, and 176 in the year 2017. The accounting firms Deloitte Touche Tohmatsu and Audit more in 2016, while KPMG independent auditors and EY in 2017. However, the firms listing more main audit themes (PAAs) were BDO RCS, PWC and EY independent auditors successively. In 2016, the main audit theme more related was income, actives, concession and sector liabilities in 2017. In order to relate the main audit themes, were presented four accounting variables (total asset dimension, percentage of the permanent asset about total asset, intangible asset about total asset; and amount of net revenue about total asset), represented in quartile. It is noticed that the majority of the PAAs are concentrated in the 2º, 3º or 4º quartile, explaining the influence of the dimension of the variables on the auditor's judgment. The research favors the process of identifying and comparing, by sector users or financial statements, information deemed pertinent by the auditors, in the electric sector in 2016 and 2017.

Keywords: Independent Auditor. Key Audit Matters. Electrical Sector.

1 INTRODUÇÃO

A Ciência Contábil se divide em vários ramos de aplicação e está presente em todos os setores da economia. A auditoria contábil, área que sempre buscou oferecer confiança sobre as demonstrações financeiras das empresas auditadas, ganha cada vez mais destaque no mundo corporativo, devido ao fato de ser universal para os investidores e pela sua finalidade, de fornecer transparência e prevenir fraudes dentro das organizações.

Tendo em vista que o trabalho do auditor independente é assegurar confiabilidade às informações abrangidas nas demonstrações contábeis das empresas, a percepção da sociedade tem sido de que os procedimentos aplicados pelos auditores e suas opiniões acerca das demonstrações são um dos elementos essenciais para o bom funcionamento dos mercados financeiros e de capitais (DANTAS et al., 2011).

Dessa forma, foi necessário realizar algumas modificações no Relatório do Auditor Independente (RAI). O item Principais Assuntos de Auditoria (PAAs), foi incluso e regulamentado pela NBC TA 701 - Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente em 17 de junho de 2016 (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC, 2016), com o intuito de aumentar a transparência para os usuários do relatório e proporcionar ao auditor mais liberdade em sua escrita, incluindo dentro dessa seção, os principais assuntos de acordo com o seu julgamento. Os relatórios sempre possuíram forte padronização, mas as recentes alterações iniciadas pela *International Federation of Accountants* (IFAC) no ano de 2015 procuram tornar seu entendimento mais acessível aos seus usuários (SOUZA; ALBERTON; BORBA, 2017).

Sendo assim, o estudo tem o propósito de responder a seguinte questão problema: *Quais foram os principais assuntos de auditoria mencionados no relatório do auditor independente nos anos de 2016 e 2017 no segmento de energia elétrica?* Assim, o objetivo consiste em identificar os principais assuntos de auditoria divulgados no relatório do auditor independente das empresas do segmento de energia elétrica listada na Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S. A.), nos anos de 2016 e 2017.

A presente pesquisa constitui-se relevante por tratar de mudanças recentes no relatório do auditor independente, apresentando os assuntos que na opinião destes auditores, são mais importantes em um setor de utilidade pública, que possui número expressivo de usuários, onde se enquadra o segmento de energia elétrica. O estudo apresenta os Principais Assuntos de Auditoria referentes aos anos de 2016 e 2017, evidenciando essas informações por empresas auditoras, o que possibilita comparativo entre as informações encontradas nos relatórios dos auditores independentes nos dois anos. A pesquisa, também, apresenta uma análise dos PAAs com relação a variáveis contábeis. Assim, essas informações contribuem para o aumento da qualidade das informações divulgadas aos usuários das demonstrações contábeis, como os órgãos reguladores, profissionais da área contábil e *stakeholders*, visto que, a seção principais assuntos de auditoria, expõe as peculiaridades mais relevantes das organizações do ramo elétrico, no ponto de vista dos auditores independentes.

De forma empírica, estudos realizados procuraram verificar a seção de principais assuntos de auditoria. O IBRACON (2017) identificou quais foram os principais assuntos de auditoria pautados no novo relatório do auditor independente de 546 empresas, divulgado no ano de 2017. Já, o estudo de Marques e Souza (2017) teve o propósito de identificar e analisar os principais assuntos de auditoria, reportados no relatório de auditoria independente, referente ao exercício findo em 31/12/2016, das empresas que compuseram o índice IBOVESPA. E, Costa, Freire e Araújo (2017) analisaram a seção principais assuntos de auditoria, a luz da NBC TA 701, de 13 empresas que fazem parte do setor de construção cível e estavam listadas no segmento novo mercado da B3.

O estudo está organizado em cinco seções, sendo esta de introdução à primeira delas, destinada a contextualização do tema e exposição da questão problema. A segunda seção aborda a fundamentação teórica que serviu de base para este estudo. Na terceira seção consta a metodologia, amostra utilizada na pesquisa, e informações sobre a coleta de dados. Em seguida, são apresentadas a análise e descrição dos dados obtidos. A quinta e última seção contempla as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, apresentam-se as normas e conceitos de auditoria das demonstrações contábeis, as últimas regulamentações do Relatório do Auditor Independente, estudos publicados relacionados à temática, além das principais características do setor de energia elétrica.

2.1 AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A auditoria está diariamente presente no cotidiano das pessoas, principalmente em relações comerciais, de forma geral, é praticada sempre que é realizada uma inspeção mais aprofundada de determinada atividade com o intuito de verificar se a mesma está de acordo com as diretrizes pré-estabelecidas (IBRACON, 2007). A auditoria começou a ser desenvolvida de forma mais efetiva no Brasil por volta do século XIX. A partir desse período, devido ao aumento de investimento estrangeiro, as empresas de auditoria internacionais começaram a se instalar no país e posteriormente as empresas nacionais de auditoria foram sendo formadas (IBRACON, 2007). Desde essa época a atividade de auditoria era responsável por passar confiança à sociedade através da emissão de seus pareceres e, ainda, hoje é sinônimo de transparência no mercado de capitais.

Costa e Freire (2017, p.1) destacam que “a auditoria independente é realizada através da obtenção de evidências que darão suporte às conclusões do auditor, no Relatório sobre as Demonstrações Contábeis da empresa auditada”. Essa é a área da contabilidade que mais identifica e revela distorções dentro das organizações, pois, mesmo seu trabalho sendo realizado na maioria das vezes por amostragem, não deixa de investigar a vida da empresa, trazendo aos seus investidores a confiabilidade necessária para manter seus investimentos. (ROXO; BONOTTO, 2016). A normatização da atividade de auditoria no Brasil segue as *International Standarts on Auditing* (ISAs), que são as normas internacionais de auditoria emitidas pela *International Federation of Accountants* (IFAC). Sempre que uma nova ISA é emitida o CFC faz a revisão do texto e emite uma NBC TA correspondente.

2.2 NORMATIZAÇÃO DO NOVO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

O relatório do auditor independente teve sua primeira normatização emitida no início na década de setenta, com a publicação da Resolução 321 – Normas e Procedimentos de

Auditoria de 14 de abril de 1972 (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC, 1972), hoje revogada. Essa resolução teve o intuito de estabelecer um padrão para os pareceres de auditoria independente. A partir dessa primeira norma outras mais foram emitidas ao longo dos anos, seguindo sempre as tendências internacionais, com a finalidade de regulamentar o parecer e guiar o trabalho do auditor. As alterações mais recentes foram instituídas pelo CFC, em meados de 2016, e trazem consigo a denominação de Novo Relatório do Auditor Independente (NRA), que entrou em vigor praticamente de forma imediata, visto que sua vigência se tornou válida para as auditorias realizadas em demonstrações financeiras com exercício findo em dezembro 2016. O Quadro 1 ilustra as normas contábeis de auditoria instituídas recentemente e que passaram a ser obrigatórias para o novo RAI.

Quadro 1 – Normas Brasileiras de Auditoria

Nº da NBC TA	Nome da Norma	Objetivo	Vigência a partir de
260 (R2)	Comunicação com os Responsáveis pela Governança	Promover a comunicação com os responsáveis pela governança lhes dando ciência de fatos relevantes e de suas responsabilidades.	17/06/2016
570	Continuidade Operacional	Coletar evidências necessárias para emitir opinião sobre a continuidade operacional e uso da base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.	17/06/2016
700	Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis	Emitir claramente e com base nas evidências encontradas, a opinião sobre as demonstrações contábeis.	17/06/2016
701	Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente	Especificar no relatório, conforme o seu julgamento, os assuntos mais relevantes da auditoria.	17/06/2016
705	Modificações na Opinião do Auditor Independente	Explicar se a opinião modificada, trata-se de falta de evidências ou por haver distorções significativas.	17/06/2016
706	Parágrafo de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente	Comunicar aos usuários outros assuntos essenciais para seu entendimento do relatório	17/06/2016

Fonte: Elaborado a partir do CFC (2018).

Conforme Quadro 1, às modificações que inseriram o Novo Relatório do Auditor Independente não foram revisões em número elevado, porém todas relevantes para o entendimento do relatório por seus usuários. A NBC TA 260 (R2) reforça o quanto é importante à comunicação com a governança, à reciprocidade da relação entre auditor e a empresa auditada para conclusão dos trabalhos com segurança e eficácia. A responsabilidade

do auditor independente sobre a Continuidade Operacional foi regulamentada pela NBC TA 570, onde ressaltou a importância de os auditores obterem evidências suficientes para emissão de sua opinião a respeito das demonstrações contábeis, avaliando os riscos relacionados à operação da empresa e realizando procedimentos complementares se necessário.

A NBC TA 700 tem como objetivo guiar o auditor para que sua opinião seja emitida com base nas evidências encontradas durante o trabalho de auditoria, com a consciência de que é sua a responsabilidade avaliar se as demonstrações estão de acordo com o respectivo relatório aplicável ou não. A presente norma reforça a necessidade de que as conclusões do auditor independente sejam expressas com confiança, de forma escrita e clara.

Entre todas as alterações ocasionadas pelas novas normas, a mudança inserida pela NBC TA 701 foi a mais esperada, essa norma instituiu a inclusão no relatório do auditor independente da seção Principais Assuntos de Auditoria (PAAs). O relatório do auditor independente sempre seguiu um padrão e acabou se tornando inteligível para pessoas que não conhecem as normas que o regem, dessa forma, a função principal deste novo item é tornar o relatório mais esclarecedor, pois nela o auditor deverá comunicar quais foram os assuntos que em seu julgamento profissional foram os mais significativos, gerando informações mais claras e transparentes para os diversos usuários das demonstrações financeiras.

A divulgação de um PAA aumenta o nível de transparência porque fornece informações complementares aos seus usuários. Não existe imposição de quantidade de assuntos a serem relacionados dentro deste tópico, isso dependerá exclusivamente do julgamento de cada auditor. Porém, a norma salienta que a apresentação dessa informação não exige o auditor de seguir as demais normatizações pertinentes a emissão do relatório de auditoria. Os requisitos a serem seguidos para determinar os PAAs estão expressos na NBC TA 701 e não alteram o escopo principal de trabalho do auditor. Além de informar os PAAs, o auditor deverá explicar como a auditoria conduziu o assunto junto à governança da empresa.

Ao fazer a auditoria de uma empresa pode ocorrer de o auditor precisar modificar sua opinião a respeito das demonstrações contábeis, a NBC TA 705 trata exatamente dessas situações, fornecendo diretrizes para emissão do relatório e demonstrando como uma modificação na opinião do auditor pode influenciar o conteúdo do relatório de auditoria. A NBC TA 706 foi à última a ser emitida dentro do conjunto de recentes alterações normativas que regem o NRA e discorre sobre o Parágrafo de Ênfase e ao Parágrafo de Outros Assuntos, essa norma faz um complemento a NBC TA 701 que trata dos PAA e a NBC TA 570, referente Continuidade Operacional. Seu objetivo está em alertar sobre assuntos que

necessitam de atenção e precisam de análise conjunta com os demais, funcionando como um mecanismo de advertência aos usuários das demonstrações contábeis e relatórios financeiros.

2.3 ESTUDOS RELACIONADOS

Roxo e Bonotto (2016) verificaram e evidenciaram, conforme as normas contábeis vigentes no Brasil, as relevantes mudanças inseridas no Novo Relatório de Auditoria Independente. Em face da análise do estudo, os pesquisadores concluíram que as recentes mudanças normativas não ocasionaram alterações nos procedimentos a serem utilizados pelos auditores independentes e nem em seu escopo de trabalho. Os resultados apontam como mais relevante modificação, a adição, ao relatório, da seção Principais Assuntos de Auditoria, dado que esse parágrafo “diz respeito ao julgamento profissional do auditor, tendo em vista a necessidade de distinguir aquilo que é importante aos usuários da informação, daquilo que não é.” (ROXO; BONOTTO, 2016, p.17-18). Os autores destacam ainda que a inserção de parágrafo específico para apresentação da Continuidade Operacional da empresa auditada exigirá maior proximidade nas tratativas entre a administração e os auditores, já que o auditor precisara se deter mais na análise desse assunto.

O estudo do IBRACON (2017) identificou de forma geral e por setor de atividade, quais foram os principais assuntos de auditoria listados nos relatórios do auditor independente em seu primeiro ano de divulgação, após a publicação da NBC TA 701 (CFC, 2016), que inseriu no relatório do auditor a comunicação dos principais assuntos de auditoria. Essa pesquisa abrangeu um total de 546 companhias abertas cujo relatório dos auditores independentes constava no site da própria empresa e no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) durante o período de 01.01.2017 a 31.03.2017, originando uma média geral 2,43 PAAs por empresa e 1.329 PAAs identificados no total. Esses PAAs foram categorizados em 24 tipos diferente sendo uma destas a categoria “Outros” que engloba os PAAs em geral que não foram citados pelos auditores independentes de forma significativa no RAI. Nesse estudo, também, houve identificação e categorização dos PAAs de acordo com o setor de atividade. Os pesquisadores observaram que o PAA “Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais” foi o mais relacionado no setor de energia elétrica. Neste setor, aparecem na segunda e terceira posição, respectivamente, a “Receita” e “Contingências”. De forma geral, a pesquisa destaca como PAA mais citado o “Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros”, com 32%, pois o assunto envolve premissas e cálculos que tem alto nível de julgamento. Seguido, os auditores julgaram relevante, Receita (contemplando preocupações em relação às especificidades dos contratos e ou de segmentos) e Contingências (por conta de diferentes

interpretações fiscais, pelo nível de ações trabalhistas e pela subjetividade e dependência também de terceiros na determinação das estimativas de perdas) com, respectivamente, 29% e 26% sobre o total de PAAs. A categoria “Outros” ocupou apenas 7% da quantidade de PAAs na classificação geral.

Marques e Souza (2017) investigaram o teor da seção principais assuntos de auditoria, dos relatórios de auditoria emitidos referentes às demonstrações contábeis com exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de 49 empresas listadas na BM&BOVESPA e que integraram o índice IBOVESPA no quarto trimestre de 2016. Os resultados da pesquisa revelaram um total de 171 PAAs encontrados no RAI, que resultaram em 14 categorias específicas e uma categoria denominada “outros” que compreende os PAAs encontrados em poucas empresas de forma menos significativa. Destaca-se que a categorização dos PAAs foi realizada exclusivamente pelos autores com a técnica de Análise de Conteúdo. Das empresas analisadas 92% foram auditadas pelas Big Four, e a média de PAAs por relatório de auditoria correspondeu a 3,49 para cada empresa participante da amostra.

Costa, Freire e Araújo (2017) buscaram averiguar de acordo com a NBC TA 701 o conteúdo da seção Principais Assuntos de Auditoria, dos relatórios de auditoria independente, referente ao exercício encerrado em 31/12/2016, de 13 empresas que fazem parte do setor de construção cível e estão listadas no segmento do Novo Mercado da B3. Os resultados contemplados na análise apontaram que cada empresa apresentou uma média de quatro PAAs divulgados e que duas das empresas auditoras aproveitaram a mesma produção escrita na justificativa de inclusão de determinado item como PAA, para diferentes empresas auditadas. Ademais os autores ressaltam que apesar de os relatórios de auditoria estarem compatíveis com a norma, não apresentavam as peculiaridades esperadas, pois tratavam basicamente de situações padrões já conhecidos pelo mercado em que as empresas estão inseridas.

2.4 SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

O setor de energia elétrica é considerado decisório para o desenvolvimento econômico e social, visto que este serviço possui alto número de usuários e sua responsabilidade está em produzir, transmitir e distribuir energia elétrica. Devido à permissão de concessões públicas, o sistema de energia brasileiro é composto por pessoas de direito público e direito privado (ANEEL, 2016).

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL é o principal órgão responsável pela regulação do setor de energia elétrica, contando com a ajuda de outras organizações,

como: Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEEE), Ministério de Minas e Energia (MME), Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que também estão presentes nesse setor.

Conforme ANEEL (2016), no Brasil o sistema elétrico é composto por empresas de diferentes segmentos. O Quadro 2 apresenta estas divisões e a função de cada uma no sistema elétrico brasileiro.

Quadro 2- Tipos de empresas que compõem o setor elétrico

Segmento de empresa	Função no sistema elétrico
Geração	São responsáveis pela produção de energia elétrica.
Transmissão	Faz o transporte de energia do ponto onde foi gerada ao centro consumidor.
Distribuição	As empresas desse segmento são encarregadas pela distribuição da energia para população.
Comercialização	O segmento da comercialização compra e vende energia a consumidores que necessitam de nível mais elevado de energia, esses consumidores são chamados de “consumidores livres”.

Fonte: Elaborado a partir de ANEEL (2016).

Analisando-se o Quadro 2 observa-se que primeiramente a energia elétrica envolve a geração, depois a transmissão, seguido da distribuição e da comercialização. Conforme Diehl, Rech e Martins (2016) dos quatro segmentos da energia elétrica, o que possui maior notoriedade é o da distribuição em razão das tarifas. Segundo Cabral, Bianchi e Victor (2017) a tarifação desse setor é definida pela ANEEL e embora o setor possua indicadores para medir a qualidade do seu serviço, percebe-se a inexistência de indicadores para medir a situação financeira das empresas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa é classificada como quantitativa. Segundo Raupp e Beuren (2014, p. 92), “[...] a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.”. O estudo se classifica como quantitativo, pois buscou evidenciar o conteúdo das informações contidas na seção principais assuntos de auditoria nos relatórios referentes aos anos de 2016 e 2017, conforme o julgamento do auditor independente; utilizando quantificação na coleta dos dados e técnicas estatísticas para tratamento e apresentação dos mesmos (RICHARDSON, 1999).

Em relação aos seus objetivos, esta pesquisa enquadra-se como descritiva, pois tem como objetivo a identificação das informações divulgadas na seção principais assunto de auditoria. Gil (2008, p. 28) explica que “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis”.

No que tange aos procedimentos técnicos utilizados, o estudo caracteriza-se como pesquisa documental. Neste tipo de pesquisa, conforme Gil (2008, p. 157) “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. A presente pesquisa utilizou fontes primárias de informação, os materiais foram coletados em sua forma bruta, selecionados, organizados e interpretados para apresentação dos resultados, dessa forma, o procedimento classifica-se como pesquisa documental.

A população, objeto deste estudo, foi os relatórios da auditoria independente divulgados pelas empresas do setor de energia elétrica listada na B3 (BM&FBOVESPA, 2018). As empresas são pertencentes ao setor de atuação denominado utilidade pública, subsetor e segmento de energia elétrica, listadas na B3, em março de 2018, que totalizaram 57 empresas. Destas uma precisou ser excluída da população em razão da empresa não ter divulgado até a data da pesquisa, o relatório da auditoria independente referente ao ano de 2017, impossibilitando o comparativo das informações dessa empresa nos dois anos abrangidos pela pesquisa (2016 e 2017). Assim, a amostra da pesquisa compreendeu 56 organizações.

A coleta de dados, realizada em abril de 2018, consistiu na análise das informações existentes na seção principais assuntos de auditoria do relatório de auditoria independente, disponibilizados pelas empresas no item Pareceres e Declarações, em relação aos anos base de 2016 e 2017. Além disso, neste mesmo período de análise, coletou-se, das demonstrações contábeis consolidadas, as seguintes informações: valor do ativo total, valor do ativo imobilizado, valor do ativo intangível e o valor total da receita líquida.

Em seguida cada RAI foi analisado na busca de identificar os principais assuntos de auditoria destacado por cada empresa auditora no ano de 2016 e, posteriormente, o mesmo processo foi realizado para os relatórios de 2017. As informações coletadas foram colocadas em uma planilha de Excel com o intuito de sumariar os dados obtidos, separadas por empresa e ano para facilitar a identificação da quantidade de PAAs por empresa auditada e as empresas auditoras. Para facilitar a análise dos dados, as informações coletadas pertinentes aos principais assuntos de auditoria foram condensadas em nova classificação e estruturadas em 24 categorias de principais assuntos de auditoria conforme sugestão contida no estudo do

Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON, 2017), que teve como objeto de estudo os principais assuntos de auditoria salientados pelos auditores independentes na publicação dos relatórios em seu primeiro ano após a alteração das normas que regem o relatório dos auditores independentes.

No tocante às informações contábeis, as mesmas estão contempladas na seção 4.2, onde se realizou a análise dos PAAs com quatro variáveis contábeis: (i) logaritmo do ativo total; (ii) percentual do ativo imobilizado sobre o ativo total; (iii) representatividade do ativo intangível sobre o ativo total; e (iv) montante da receita líquida sobre o ativo total. O valor do ativo total do ano anterior ao de análise fora utilizado para cálculo dos percentuais. Ainda, para melhor comparabilidade dos PAAs com as informações contábeis, estas foram categorizadas, primeiramente, em ordem crescente e depois em quartis, que são medidas separatrizes que dividem os dados de um rol em quatro grupos, contendo cada qual, aproximadamente, 25% do número de elementos.

No presente estudo utilizou-se como instrumento de coleta, a pesquisa documental, em razão de uma de suas principais características ser o uso de fontes primárias de informação que podem ser reformuladas de acordo com o propósito de cada pesquisa (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Já, a análise e a interpretação dos dados foram realizadas mediante aplicação do método de análise documental.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Ilustram-se neste item os resultados do estudo, dividido em: Principais Assuntos de Auditoria e análise da relação dos PAAs com as variáveis contábeis.

4.1 PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Esta seção apresentar os PAAs reportados nos relatórios de auditoria independente das empresas do setor de energia elétrica nos anos de 2016 e 2017, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Número total de PAAs no ano de 2016 e 2017 e quantidade média por empresa

Número de Empresas	Total de PAAs no RAI		Média PAAs por empresa		Média PAAs por empresa / Geral
	2016	2017	2016	2017	
56	170	176	3,03	3,14	3,08

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2018).

Na Tabela 1 identificou-se que houve aumento no número de PAAs de um ano para o outro (seis), podendo ter sido ocasionado pelo fato de 2016 ser o primeiro ano após a implementação da NBC TA 701 (CFC, 2016), quando os auditores prepararam seu primeiro relatório destacando, em seu julgamento, os principais assuntos de auditoria de cada empresa auditada. Porém, a variação da média de PAAs entre os dois anos não foi considerada significativa. A média geral por empresa foi de 3,08 PAAs. Já, o estudo de Marques e Souza (2017) encontrou uma média de 3,49 PAAs para cada empresa analisada.

A Tabela 2 evidencia o número de PAAs encontrados nos relatórios de auditoria independente por cada empresa auditadora, além da média de PAAs por empresa auditadora.

Tabela 2 - PAAs elencados por cada empresa auditadora e quantidade média por empresa auditada

Empresa Auditadora	Número de Empresas Auditadas		Quantidade de PAAs no RAI		Média por Empresa		Média Geral por empresa
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	
BDO RCS Auditores Independentes	2	5	12	18	6,00	3,60	4,80
Pricewaterhouse Coopers	6	7	22	25	3,67	3,57	3,62
Ernst & Young	13	14	49	47	3,77	3,36	3,56
Berkan Auditores Independentes S. S.	1	1	4	2	4,00	2,00	3,00
Chronus Auditores Independentes S. S.	1	1	3	3	3,00	3,00	3,00
KPMG Auditores Independentes	11	22	31	64	2,82	2,91	2,86
Deloitte Touche Tohmatsu	19	5	44	15	2,32	3,00	2,66
Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S. S.	2	1	3	2	1,50	2,00	1,75
HLV Auditores S. S.	1	-	2	-	2,00	-	-
Total	56	56	170	176	3,04	3,14	3,09

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2018).

Conforme, demonstrado na Tabela 2, as empresas de auditoria Deloitte Touche Tohmatsu (19) e EY (13) foram as que mais auditaram as organizações, objeto de estudo, em 2016. Já, em 2017 essa notoriedade ficou com a KPMG Auditores Independentes (22) e a EY, (14), pois as mesmas auditaram 64% do total das empresas analisadas. Porém, a BDO RCS Auditores Independentes, foi à empresa que mais enumerou PAAs no RAI, com média geral por empresa de 4,80 PAAs, seguida de PwC com 3,62 PAAs e da EY com 3,56 PAAs. Das nove empresas auditoras presentes no estudo, somente as três anteriormente citadas obtiveram média geral, por empresa, maior que a média total. Isso evidencia que as empresas que mais auditaram as consideradas Big Four, não foram necessariamente às empresas que listaram mais PAAs no RAI. Ainda, na Tabela 2 observou-se que a empresa Deloitte Touche Tohmatsu apresentou queda significativa na quantidade de PAAs elencados no RAI nos anos estudados, obtendo assim 2,66 PAAs de média geral por empresa, valor este inferior à média geral de empresas auditoras que auditaram somente uma empresa nos anos estudados. Porém,

essa redução na quantidade de PAAs não deve ser considerada expressiva, visto que as empresas auditoras não auditam as mesmas empresas todos os anos, além disso, a cada auditoria esses profissionais adquirem melhor entendimento dos requisitos para classificação como um PAA e conseqüentemente reduz ou aumenta a relação de PAAs no RAI.

A Tabela 3 demonstra a quantidade de PAAs, nos anos de 2016 e 2017, das empresas do setor de energia elétrica.

Tabela 3 – Relação de PAAs encontrados no RAI

PAAs	Quantidade de PAAs		Média Geral por empresa
	2016	2017	
Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais	31	35	33
Receita	35	30	32,5
Contingências	24	26	25
Valor recuperável de ativos não financeiros	16	15	15,5
Benefício pós-emprego	14	16	15
Instrumentos Financeiros	13	9	11
Realização do impacto de Renda Diferido	6	12	9
Investimentos	9	8	8,5
Contas a Receber	6	5	5,5
Pressuposto de continuidade operacional	5	2	3,5
Redução a valor recuperável de ativos financeiros	2	5	3,5
Leis e Regulamentações	1	4	2,5
Gestão de Liquidez	3	1	2
Outros Passivos	1	2	1,5
Controles Internos – TI	-	3	1,5
Combinação de Negócios	1	2	1,5
Transação com partes Relacionadas	3	-	1,5
Ativos Disponíveis para venda/Operações Descontinuadas	-	-	0,5
Estoques	-	-	-
Propriedade para investimento	-	-	-
Ativo Biológico	-	-	-
Imobilizado	-	-	-
Demonstrações Fiduciárias	-	-	-
Ativos Intangíveis	-	-	-
Total	170	176	173

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2018).

Por meio das informações apresentadas na Tabela 3, verificou-se que o PAA mais citado pelos auditores independentes foi a Receita (35) no ano de 2016 e Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais (35) no ano de 2017, possuindo 32,5 e 33 citações, respectivamente, como média geral por empresa. As Contingências com média geral por empresa de 25 ocuparam o terceiro lugar na relação de PAAs mais citados pelos auditores, assim como no estudo IBRACON (2017). Além disso, a redução de alguns PAAs como, por exemplo: Pressuposto de continuidade operacional, Gestão de liquidez e Transações com partes relacionadas indicaram que nem todos os PAAs destacados pelo auditor independente como

relevantes em 2016 permaneceram com a mesma importância no ano de 2017. Isso pode ser justificado pelo fato de que nem todas as empresas presentes no estudo foram auditadas nos anos de 2016 e 2017 pela mesma empresa auditora.

4.2 ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE OS PAAS E VARIÁVEIS CONTÁBEIS

Nessa seção consta a análise dos PAAs em relação às variáveis contábeis, que foram categorizadas em quartil, e representados pelos números 1, 2, 3, 4. A Tabela 4 ilustra os PAAs encontrados no RAI, em 2016 e 2017, distribuídos conforme o tamanho do ativo total.

Tabela 4 – Listagem dos PAAs de acordo com o Ativo Total

PAAs	2016					2017					Total Geral
	1	2	3	4	Total	1	2	3	4	Total	
Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais	7	13	6	5	31	7	10	9	9	35	66
Receita	2	12	8	13	35	3	9	7	11	30	65
Contingências	5	6	5	8	24	5	4	10	7	26	50
Valor recuperável de ativos não financeiros	4	5	4	3	16	3	4	4	4	15	31
Benefício pós-emprego	1	6	4	3	14	1	6	4	5	16	30
Instrumentos Financeiros	4	4	1	4	13	3	1	2	3	9	22
Realização do impacto de Renda Diferido	-	2	3	1	6	2	4	3	3	12	18
Investimentos	6	2	-	1	9	5	-	2	1	8	17
Contas a Receber	-	3	2	1	6	-	2	2	1	5	11
Pressuposto de continuidade operacional	-	-	2	3	5	-	-	1	1	2	7
Redução a valor recuperável de ativos financeiros	2	-	-	-	2	2	-	1	2	5	7
Leis e Regulamentações	-	-	-	1	1	-	1	1	2	4	5
Gestão de Liquidez	-	1	2	-	3	-	-	1	-	1	4
Controles Internos – TI	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	3
Outros Passivos	1	-	-	-	1	2	-	-	-	2	3
Transação com partes relacionadas	2	-	1	-	3	-	-	-	-	-	3
Combinação de Negócios	-	-	1	-	1	-	1	-	1	2	3
Ativos Disponíveis para venda/Operações Descontinuadas	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1
Total Geral	34	54	39	43	170	34	42	47	53	176	346

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2018).

Com base na Tabela 4, considerando os PAAs descobertos em relação ao tamanho das empresas (ativo total), verifica-se que o maior número de PAAs para o ano de 2016 está no segundo quartil totalizando 54, e em 2017 no quarto quartil com 53. No primeiro ano de análise, observa-se pouca diferença de quantitativo de PAAs entre os quartis, o segundo quartil é o maior com o total de 54 e o menor é o primeiro com 34, o terceiro apresenta 39 e o

quarto 43 PAAs. Assim, em 2016 o maior número de PAAs é oriundo de empresas com ativos totais médios, visto que o primeiro e segundo quartil contém 51,76% dos PAAs totais (88 de 170). Já, em 2017, o maior número de PAAs está no quarto quartil com 53, seguido do terceiro com 47, do segundo com 42 e do primeiro com 34. Logo, os maiores ativos totais neste ano justificam a existência de 56,81% dos PAAs (100 de 176), comportamento este contrário ao de 2016.

Com isso, infere-se que este fato pode ser explicado pelo aumento do número de PAA denominado “Ativo e Passivo de Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais” de 2016 para 2017, que foram julgados pelos auditores como assuntos relevantes das demonstrações contábeis nos períodos de análise. E, ainda, tal fato pode ser explicado pelo alto nível de concessões na exploração da atividade do setor de energia elétrica (ANEEL, 2018). Em seguida, aparecem Receita, Contingências e Valor recuperável de ativos não financeiros, como os PAAs de maior concentração.

O PAA Valor recuperável de ativos não financeiros é considerando relevante pela auditoria, pois o assunto envolve premissas e cálculos que tem alto nível de julgamento, ou seja, os auditores em seu trabalho necessitam revisar os cálculos realizados pelas empresas auditadas e emitirem seu parecer. Ainda, julgam Receita como um item proeminente, pois, no ramo elétrico, as preocupações sobre este item envolvem as especificidades dos contratos e ou de segmentos (IBRACON, 2017). Neste estudo, nas 56 empresas analisadas, seguindo o previsto pela ANEEL (2016) há empresas de geração, transmissão, distribuição e comercialização, ou seja, no momento de auditar as receitas destas empresas é preciso considerar as características e origem das mesmas. E, Contingências pode ser considerada saliente por conta de diferentes interpretações fiscais, devido a quantidade de ações trabalhistas e pela subjetividade e dependência também de terceiros na determinação das estimativas de perdas. Em virtude das características da energia elétrica, a determinação de perdas pode envolver mais de um segmento ou até mesmo os seus clientes.

Na Tabela 5 constam os PAAs elencados conforme o percentual do ativo imobilizado sobre o ativo total.

Tabela 5 – Relação dos PAAs conforme o percentual do Ativo Imobilizado

PAAs	2016					2017					Total Geral
	1	2	3	4	Total	1	2	3	4	Total	
Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais	6	8	8	-	22	9	9	9	1	28	50
Receita	7	10	6	2	25	6	9	5	2	22	47
Contingências	4	6	4	4	18	5	6	4	5	20	38
Valor recuperável de ativos não financeiros	1	3	5	7	16	-	3	5	7	15	31
Benefício pós-emprego	1	6	4	1	12	3	7	2	-	12	24

Instrumentos Financeiros	3	3	2	1	9	3	1	2	1	7	16
Realização do impacto de Renda Diferido	1	2	1	2	6	1	2	4	1	8	14
Investimentos	1	1	2	2	6	1	1	1	2	5	11
Contas a Receber	2	2	2	-	6	1	2	2	-	5	11
Pressuposto de continuidade operacional	1	1	1	1	4	1	-	-	-	1	5
Redução a valor recuperável de ativos financeiros	1	-	-	1	2	1	1	1	2	5	7
Leis e Regulamentações	-	-	1	-	1	1	-	1	2	4	5
Gestão de Liquidez	-	3	-	-	3	-	1	-	-	1	4
Combinação de Negócios	-	-	-	1	1	-	-	1	1	2	3
Controles Internos – TI	-	-	-	-	-	-	1	1	-	2	2
Outros Passivos	1	-	-	-	1	1	-	1	-	2	3
Transação com partes relacionadas	1	2	-	-	3	-	-	-	-	-	3
Ativos Disponíveis para venda/Operações Descontinuadas	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1
Total Geral	30	47	36	22	135	34	43	39	24	140	275

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2018).

A partir dos dados da Tabela 5 observou-se que as empresas com maior percentual de ativo imobilizado sobre o ativo total são as do segundo quartil e as com menor valor imobilizado estão localizadas no último quartil nos dois anos abrangidos pela pesquisa. A maior concentração de PAAs relacionados no RAI para o ano de 2016 encontra-se entre o segundo (47) e terceiro quartil (36), totalizando 61% do total de PAAs desse ano. Entre esses quartis o PAA considerado mais relevante pelos auditores foi a Receita, seguida de Ativos e Passivos de Concessão Setoriais. No ano de 2017 a posição de maior concentração de PAAs entre os quartis não se altera, permanecendo entre o segundo e terceiro quartil, porém nota-se que embora os PAAs mais relacionados continuem os mesmos, sua posição se inverte ficando a Receita em segundo lugar. O PAA Contingências ocupa a terceira colocação entre os PAAs que mais apareceram no total geral, sua maior quantidade está localizada em empresas com elevado percentual de ativo imobilizado.

Com isso, entende-se que o maior quantitativo de PAAs está relacionado com os ativos imobilizados de médios a grandes, ou seja, o tamanho deste pode ter influenciado o julgamento do auditor na consideração dos PAAs.

A Tabela 6 evidencia os PAAs encontrados no RAI segundo a representatividade do Ativo Intangível sobre o Ativo Total.

Tabela 6 – PAAs exibidos segundo a representatividade do Ativo Intangível

PAAs	2016					2017					Total Geral
	1	2	3	4	Total	1	2	3	4	Total	
Receita	3	7	12	12	34	2	6	12	10	30	64
Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais	5	6	9	9	29	7	4	12	10	33	62
Contingências	6	3	6	9	24	5	4	9	8	26	50
Benefício pós-emprego	2	3	2	7	14	2	-	6	8	16	30
Valor recuperável de ativos não financeiros	5	5	2	2	14	4	5	1	3	13	27

Instrumentos Financeiros	1	2	4	6	13	1	1	4	3	9	22
Realização do impacto de Renda Diferido	1	2	2	-	5	2	3	4	2	11	16
Investimentos	4	2	1	-	7	2	5	-	-	7	14
Contas a Receber	3	1	1	1	6	3	-	1	1	5	11
Pressuposto de continuidade operacional	1	-	2	1	4	-	-	2	-	2	6
Leis e Regulamentações	1	-	-	-	1	4	-	-	-	4	5
Gestão de Liquidez	-	-	1	2	3	-	-	-	1	1	4
Redução a valor recuperável de ativos financeiros	1	-	-	-	1	2	-	1	-	3	4
Controles Internos – TI	-	-	-	-	0	1	-	1	1	3	3
Combinação de Negócios	-	-	-	-	0	-	-	-	2	2	2
Transação com partes relacionadas	1	-	-	1	2	-	-	-	-	0	2
Outros Passivos	-	-	-	-	0	1	-	-	-	1	1
Ativos Disponíveis para venda/Operações Descontinuadas	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	0
Total Geral	34	31	42	50	157	36	28	53	49	166	323

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2018).

Analisando a Tabela 6, no ano de 2016, as empresas que possuem nível mais elevado de representatividade do ativo intangível sobre o ativo total enquadram-se no quarto quartil, centralizando 32% (50 de 157) dos PAAs elencados no RAI, sendo a Receita (12) o PAA com quantidade superior aos demais. Em 2017, nessa mesma ótica, destacam-se os PAAs Receita e Ativos e Passivo de Concessão e Setoriais, que juntos totalizaram 38% de um total de 166 PAAs enumerados no RAI. Estes PAAs, por sua vez, estão localizados, em sua maioria, (24) no terceiro quartil. No geral, os PAAs Receita, Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais Contingências, também, apareceram de forma destacada, representando 54,48% do total geral de PAAs, nos anos de 2016 e 2017. Ainda, por meio da Tabela 6, constata-se que o volume de PAAs é menor em empresas com ativo intangível reduzido, pois o primeiro e segundo quartis detêm nos dois anos o menor quantitativo de PAAs.

Expresso na Tabela 7 estão os PAAs localizados no RAI, em conformidade com o montante da receita líquida sobre o ativo total.

Tabela 7 – PAAs demonstrados conforme o montante da Receita Líquida Total

PAAs	2016					2017					Total Geral
	1	2	3	4	Total	1	2	3	4	Total	
Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais	4	6	11	10	31	7	4	8	16	35	66
Receita	3	6	17	9	35	2	3	7	18	30	65
Contingências	1	6	11	6	24	2	5	7	11	25	49
Valor recuperável de ativos não financeiros	7	6	2	1	16	7	2	4	2	15	31
Benefício pós-emprego	1	4	3	6	14	1	2	4	9	16	30
Instrumentos Financeiros	-	4	5	4	13	-	2	4	3	9	22
Realização do impacto de Renda Diferido	1	1	4	-	6	1	1	2	7	11	17
Contas a Receber	1	1	3	1	6	3	-	1	1	5	11
Investimentos	1	3	1	-	5	1	2	1	-	4	9
Pressuposto de continuidade operacional	-	3	2	-	5	-	-	2	-	2	7
Leis e Regulamentações	-	1	-	-	1	3	1	-	-	4	5

Redução a valor recuperável de ativos financeiros	1	-	-	-	1	-	4	-	-	4	5
Gestão de Liquidez	-	1	1	1	3	-	-	-	1	1	4
Combinação de Negócios	-	1	-	-	1	-	-	2	-	2	3
Controles Internos – TI	-	-	-	-	0	-	2	-	1	3	3
Outros Passivos	1	-	-	-	1	2	-	-	-	2	3
Transação com partes relacionadas	1	-	1	1	3	-	-	-	-	0	3
Ativos Disponíveis para venda/Operações Descontinuadas	-	-	-	-	0	1	-	-	-	1	1
Total Geral	22	43	61	39	165	30	28	42	69	169	334

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2018).

A Tabela 7 evidenciou que os maiores montantes de PAAs classificados em conformidade com a receita líquida estão aglutinados no terceiro quartil no ano de 2016 e no quarto quartil em 2017. Em ambos os anos contemplados na pesquisa, especificamente o PAA Receita ocupa a primeira colocação, detendo no primeiro ano (2016) 28% do total (61) e no segundo ano (2017) 26% da totalidade (69). Na classificação geral de PAAs, Ativos e Passivos de Concessão Setoriais possuem 20% do montante total. Deste modo, observa-se que a maior quantidade de PAAs são explicados em razão do montante da receita, visto que a maioria dos PAAs se concentraram nos quartis 3 e 4, que contêm as maiores receitas líquidas.

Diante disso, constata-se que a maioria dos PAAs ficaram concentrados no 2º ou no 3º ou no 4º quartil, ou seja, infere-se que o tamanho das quatro variáveis (tamanho do ativo total; percentual do ativo imobilizado sobre o ativo total; representatividade do ativo intangível sobre o ativo total; e montante da receita líquida sobre o ativo total) influenciaram no julgamento do auditor em considerar como relevante ou não determinado assunto. Ainda, o montante destas informações contábeis pode ter sido o ponto de partida para consideração de assunto proeminente por parte das empresas de auditoria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo identificar os principais assuntos de auditoria reportados no Relatório do Auditor Independente das empresas do segmento de energia elétrica listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S. A.), nos anos de 2016 e 2017. A amostra foi composta por 56 empresas, que integraram o setor de energia elétrica no período de análise e continham as demonstrações contábeis disponíveis no período de coleta dos dados.

Verificou-se que todas as empresas analisadas tiveram pelo menos um PAA relacionado na seção Principais Assuntos de Auditoria. Os resultados demonstraram que a média geral de Principais Assuntos de Auditoria (PAA) foi de 3,08 por empresa analisada, encontrando-se 170 PAAs em 2016 e 176 em 2017. Quanto aos PAAs elencados de forma

significativa destacam-se, nesta ordem, os Ativos e Passivo de Concessão e Setoriais, Receita e Contingências. Sobre as empresas auditoras, Deloitte Touche Tohmatsu (19) e EY (13) foram as que mais auditaram as organizações, objeto de estudo, em 2016. Já, em 2017 essa notoriedade ficou com a KPMG Auditores Independentes (22) e a EY, (14), pois as mesmas auditaram 64% do total das empresas analisadas. Porém, a BDO RCS Auditores Independentes, foi à empresa que mais enumerou PAAs no RAI, com média geral por empresa de 4,80 PAAs, seguida de PwC com 3,62 PAAs e da EY com 3,56 PAAs. Averiguou-se, também, pequena queda em relação aos PAAs relacionados pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu, porém essa redução de um ano para o outro não é considerada significativa devido o revezamento obrigatório das empresas de auditoria, onde a mesma empresa de energia elétrica foi auditada por empresas diferentes em cada ano, podendo ter mudando o contexto e segmento da auditoria.

No que se refere à análise dos PAAs em relação às variáveis contábeis (tamanho do ativo total; percentual do ativo imobilizado sobre o ativo total; representatividade do ativo intangível sobre o ativo total; e montante da receita líquida sobre o ativo total), notou-se que a concentração mais alta de PAAs não foi encontrada no primeiro quartil para nenhuma das quatro variáveis analisadas. A maioria dos PAAs concentrou-se no 2º ou no 3º ou no 4º quartil. Assim, inferiu-se que o tamanho das quatro variáveis influenciou no julgamento do auditor em considerar como relevante ou não determinado assunto, podendo ter sido o ponto de partida para consideração de assunto proeminente por parte das empresas de auditoria. Ainda, para as quatro variáveis apareceram em quantidade significativa os PAAs Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais, Receita e Contingências evidenciados também nessa ordem no estudo do IBRACON (2017).

Constituído por empresas públicas e privadas em razão das concessões, o setor de energia elétrica possui número significativo de usuários, sua atividade é regulada principalmente pela ANEEL, cuja responsabilidade inclui: regular, fiscalizar e determinar o valor das tarifas. Logo, este estudo contribui com todos os usuários desse serviço, e essencialmente com os das demonstrações contábeis, profissionais da área contábil e *stakeholders*, pois trata de mudanças recentes do relatório do auditor, que foram estabelecidas com a intenção de tornar este documento, além de padronizado, com informações mais transparentes e acessíveis aos seus usuários. Assim, a pesquisa colaborou na identificação e comparação, pelos usuários e interessados, das informações julgadas proeminentes pelos auditores, no setor elétrico, em 2016 e 2017.

Por fim, salienta-se que o atual estudo não teve por finalidade encerrar as discussões a cerca dos Principais Assuntos de Auditoria, propondo-se para pesquisas futuras a ampliação da amostra para outros setores classificados como de utilidade pública, a citar água e saneamento, e/ou estender para outros setores da economia, que possuam número expressivo de usuários, investigando a observância das normas aplicáveis ao relatório do auditor independente, bem como os assuntos considerados relevantes pelos auditores no mesmo período do estudo e em períodos futuros.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Saiba mais sobre o setor elétrico brasileiro**, 2016. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 1 jun. 2018.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (BM&FBOVESPA). **Empresas Listadas**. 2018. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

CABRAL, Pedro Henrique Diehl; BIANCHI, Márcia; VICTOR, Fernanda Gomes. **Análise da Relação do Desempenho Econômico-Financeiros e da Qualidade dos Serviços nas Companhias de Distribuição de Energia Elétrica Listadas na BM&BOVESPA**. In: EnANPAD, São Paulo, 2017. **Anais...** São Paulo: ANPAD 2017. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/~anpad/abrir_pdf.php?e=MjMxMTY=>. Acesso em: 04 abr. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 260 (R2) - Comunicação com os Responsáveis pela Governança, de 17 de junho de 2016**. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA260R2.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 570 – Continuidade Operacional, de 17 de junho de 2016**. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA570.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, de 17 de junho de 2016**. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA700.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 701 - Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria Relatório do Auditor Independente, de 17 de junho de 2016**. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA701.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente, de 17 de junho de 2016.** Disponível em:

<<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA705.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 706 – Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente, de 17 de junho de 2016.** Disponível em:

<<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA706.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Resolução 321 – Normas e Procedimentos de Auditoria, de 14 de abril de 1972.** Disponível em:

<http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1972/000321&arquivo=RES_321.DOC>. Acesso em: 28 maio 2018.

COSTA, Fabiana Oliveira de Carvalho; FREIRE, Mac Davis de Moraes; ARAÚJO, Kleber Domingos de. Novo Relatório do Auditor Independente: conservadorismo ou singularidade? In: Congresso Brasileiro de Administração e Contabilidade, 08, Rio de Janeiro, 2017. **Anais...** Rio de Janeiro: AdCONT, 2017. Disponível em:

<<http://adcont.net/index.php/adcont/AdCont2017/paper/view/2816>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

DANTAS, José Alves. et al. Concentração de Auditoria no Mercado de Capitais Brasileiro: 2000 a 2009. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 35, Rio de Janeiro, 2011. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2011. Disponível em:

<<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON1368.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

DIEHL, Carlos Alberto; RECH, Mariliza; MARTINS, Vanessa de Quadros. Indicadores Não-Financeiros de Avaliação de Desempenho: Análise de Conteúdo em Relatórios de Administração de Empresas do Setor de Distribuição de Energia Elétrica. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. 16., São Paulo, 2016. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2016. Disponível em:

<<http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/artigos162016/168.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROXO, Giovani; BONOTTO, Mariana Manfroi da Silva. Análise das Alterações nas Normas de Auditoria à Luz do Novo Relatório de Auditoria Independente. In: CONGRESSO DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 3., São Leopoldo, 2016. **Anais...** São Leopoldo: COFIN, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unisinos.br/anais/cofin/anais-cofin-2016.pdf>>.

Acesso em: 27 mar. 2018.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL – IBRACON. **A experiência da aplicação do Novo Relatório do Auditor 1º Ano:** Principais Assuntos de Auditoria. 2017. Disponível em:

<<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detDocumento.php?cod=100>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL – IBRACON. **Auditoria - Registros de uma Profissão. 2007.** Disponível em:
<<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detInstitucional.php?cod=2>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

MARQUES, Vagner Antônio. SOUZA, Marcella Kattiany Pereira de. Principais Assuntos de Auditoria e Opinião sobre o Risco de Descontinuidade: Uma Análise das Empresas do IBOVESPA. **RIC – Revista de Informação Contábil.** v. 11, n. 4, p. 1-22, out./dez., 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais.** In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 76-96.

SOUZA, João Antônio Salvador de; ALBERTON, Luiz; BORBA, José Alonso. Para quem o Novo Relatório da Auditoria Independente é Compreensível? In: CONGRESSO UNB DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA, 3., Brasília, 2017. **Anais...** Brasília: UNB, 2017. Disponível em:
<<http://conferencias.unb.br/index.php/ccgunb/ccgunb3/paper/viewFile/6035/1543>>. Acesso em: 18 abr. 2018.